

## **Política Linguística e Sociolinguística na América Latina: O contato das línguas portuguesa e espanhola em regiões fronteiriças Brasil/Uruguai**

**Cecília Ferreira – UFRJ**

### **1. INTRODUÇÃO**

Língua e sociedade são noções estreitamente relacionadas, ou seja, fazem parte de um mesmo corpo. Muitas vezes, quando se fala em língua, se pensa também na sociedade em que é usada, sua cultura, economia, política, história e seu território.

Este trabalho tratará da questão da(s) língua(s) na fronteira do Brasil e Uruguai, nas cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), relacionando língua e identidade a partir do quadro teórico da sociolinguística e das questões relativas à política linguística.

### **2. POLÍTICA LINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA**

O tema política linguística é recente no Brasil, mas já vem sendo discutido em várias partes do mundo, inclusive pelos vizinhos latino-americanos.

Será feito agora um breve resumo da sociolinguística e da política linguística a partir dos estudos feitos por Calvet (2007).

O autor comenta que sempre existiu o interesse de legislar, ditar o uso correto da língua ou intervir na sua forma, mas a política linguística e o planejamento linguístico são conceitos recentes. Ele classifica a política linguística como a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, já o planejamento linguístico seria a sua implementação. A política linguística não pode separar-se de sua aplicação.

O primeiro a usar o sintagma planejamento linguístico foi Enir Haugen em 1959, em um trabalho sobre os problemas lingüísticos da Noruega, em que ele buscava mostrar a intervenção normativa do Estado para construir uma identidade nacional depois de séculos de dominação dinamarquesa.

Em 1964 Haugen volta a esse tema em uma reunião na Universidade da Califórnia, organizada por Willian Bright. Esse evento marcou o surgimento da

sociolinguística. Bright, Haugen, Labov, Gumperz, Hymes, Samarin, Ferguson e Fishman são os principais nomes que representariam a sociolinguística e/ou a sociologia da linguagem nos anos de 1970 e 1980, nos Estados Unidos. Em 1968 Ferguson, Fishman e Das Gupta publicam uma obra coletiva dedicada aos problemas linguísticos dos países em desenvolvimento.

Em 1969 Jernudd, Rubin, Fishman e Das Gupta organizam uma reunião para refletir sobre a natureza do planejamento linguístico, juntamente com antropólogos, linguistas, sociólogos, economistas, etc., que já trabalhavam a política ou o planejamento linguístico. Desse encontro se originou a obra *Can Language be Planned?* (“a língua pode ser planejada?”).

Jernudd, Rubin, Fishman, Ferguson e Das Gupta formam um grupo de pesquisa (“bando dos cinco”) e, com seus estudos, publicam uma coleção com uma grande concentração de trabalhos (*Contributions to the Sociology of Language*) dirigida por Fishman. Também aparecem trabalhos em várias línguas (inglês, espanhol, alemão e francês) sobre política linguística. Todos os estudos mostram que a relação entre a política linguística e o planejamento linguístico são relações de subordinação. Fishman (outros autores que trabalharão o tema posteriormente não têm opinião muito diferente) acredita que o planejamento é aplicação de uma política linguística.

Existe, porém, uma diferença entre os pesquisadores estadunidenses e os pesquisadores europeus. Os primeiros não questionam tanto a respeito do poder que há nas mãos de quem decide a respeito da língua (decisores), estão mais preocupados com os aspectos técnicos da intervenção sobre as situações linguísticas constituídas pelo planejamento. Já os segundos parecem mais preocupados com a questão do poder.

As primeiras abordagens da política linguística se preocupavam apenas com a intervenção na língua, pois naquela época “a linguística só possuía meios para descrever a língua em si mesma, sendo incapaz de apreender seu objeto de estudo em suas relações com a sociedade e sua história” (CALVET, 2007, p. 37).

Também na mesma época a sociolinguística começou a dar seus primeiros passos. Foi ela que deu à política linguística os meios científicos que ela precisava.

No início de 1960 começaram a surgir trabalhos com a intenção de solucionar os problemas plurilíngues. O primeiro foi o artigo sobre diglossia de Charles

Ferguson, em que “apresentava modelos de situações nas quais coexistem duas variedades de uma mesma língua” (Ibid., p. 38). Uma era a variedade alta, ou seja, variedade usada em situações precisas (discursos políticos, sermões, mídias, etc.). A outra era a variedade baixa, isto é, usada em conversações familiares, no cotidiano popular, etc.

Mas adiante, Joshua Fishman amplia esse modelo, deixando de lado a questão das variedades e passa a considerar “que há diglossia cada vez que se manifesta uma repartição funcional de usos entre duas línguas ou entre duas formas de uma mesma língua” (Ibid., p. 38). Esse conceito alcança muito sucesso entre os anos de 1960 e 1990.

Em 1991 Ferguson explicou sobre essa questão em “Diglossia Revisited”. Seu objetivo era comparar diferentes situações, com a “tentativa de equacionar, ou de formatar, as situações plurilíngues de diferentes países”. Para colocar uma situação em equação ele propôs a seguinte distinção:

Três categorias de línguas (*major languages*, *minor languages* e *languages of special status*), cinco tipos de línguas (vernáculo, padrão, clássica, pidgin, crioula) e sete funções (gregária, oficial, veicular, língua de ensino, religião, língua internacional, língua objeto de ensino). (FERGUSON apud CALVET, 2007, p. 40)

Em 1962 Ferguson pediu para que seus alunos, da Universidade de Washington e da Universidade de Georgetown, descrevessem a situação da sociolinguística de diferentes países. Desse trabalho se originou as idéias das “*profile formulas*”, e depois formalizou-se os critérios que permitiam situar cada língua em uma categoria. O autor diz que era o saber dos informantes sobre sua comunidade linguística que pautava a criação das categorias de línguas e os critérios de classificação nessas categorias.

Ferguson adotou uma tipologia que foi proposta por Stewart, em 1962, que reduzia o número de tipos de sete para cinco (deixando de lado os tipos “artificial” e “marginal”) e conservava as sete funções. Ele tinha consciência das limitações do trabalho, pois não tinha uma solução muito satisfatória para comparar nações, de uma maneira útil, de um ponto de vista sociolinguístico, e dizia que algumas informações estavam ausentes de suas fórmulas.

Em 1968 Stewart voltou ao problema que tinha abordado em 1962, de modo um pouco diferente, ou seja, propôs levar em conta quatro atributos (padronização, autonomia, historicidade e vitalidade), e sua combinação (ausência: -, presença: +,

em relação aos atributos em questão) permitia definir sete tipos de línguas. Ele acrescenta mais sete funções àquelas que foram propostas por Ferguson (provincial, capital, literária), e divide as línguas de um país em seis classes, de acordo com a porcentagem da população falante da língua.

Stewart recebe críticas por tentar equacionar as situações plurilíngues. A primeira é que “a escolha dos atributos nem sempre é evidente” (CALVET, 2007, p. 45), a segunda é que “certas classificações envelhecem rapidamente” (Ibid.), e a terceira é que “certas funções não são avaliadas de maneira precisas” (Ibid.).

Ralph Fasold retomou a abordagem de Ferguson e Stewart em 1984, de um ponto de vista um pouco diferente, ou seja, destacava “uma certa previsibilidade das funções assumidas pelas línguas, não é qualquer língua que pode assumir qualquer função”; raciocinava “unicamente em termos de atributos e de funções, de modo que uma língua deve possuir certos atributos para preencher determinada função”. A idéia de cruzamento entre atributo e função foi interessante, porém ele também recebeu algumas críticas, como por exemplo, a de demonstrar uma concepção limitada de religião e a de considerar como internacional apenas as línguas admitidas como línguas de trabalho na ONU e na UNESCO.

Robert Chaudenson, na década de 1990, “tentou elaborar um instrumento de medida e de comparação do status e do corpus da língua francesa nos países da francofonia” (Ibid., p. 49). Ele situava diferentes países analisados a partir das funções, ou *status*, e dos usos, ou *corpus*. Ele propôs um modo de cotação complexo, considerando as seguintes entradas: para o status oficialidade, usos institucionais, educação, meios de comunicação de massa, setor secundário e terciário privado; já para o corpus apropriação linguística, vernacularidade - vernacularização X veicularidade - veicularização, tipos de competências, produção e exposição linguística. Essa abordagem consiste no fato de que ela permite refletir sobre a situação dos países no espaço francófono, e considera as línguas em relação a um país e não um país em relação a uma língua, levando em consideração o grau de uso, o grau de reconhecimento e o grau de funcionalidade.

Calvet (Ibid., p. 58) diz que para elaborar um modelo capaz de elucidar a complexidade das situações, para pensar uma política linguística, é conveniente que se considere diferentes fatores como dados quantitativos, jurídicos, funcionais, diacrônicos, simbólicos e conflituais.

Os processos que permitem passar de uma política linguística, que é um estágio das escolhas gerais, para um estágio da implementação, do planejamento linguístico podem ser a escrita, o léxico e a padronização (são os equipamentos das línguas). Calvet (Ibid., p. 69) também menciona dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais (“*in vivo*”) e a outra da intervenção sobre essas práticas (“*in vitro*”).

Calvet (Ibid., p. 72) classifica de ambiente linguístico a presença ou ausência das línguas sob a forma oral ou escrita na vida cotidiana.

O autor comenta a respeito das leis linguísticas, dizendo que os Estados intervêm no domínio linguístico, nos comportamentos linguísticos e no uso das línguas, pois as políticas linguísticas são geralmente repressoras e necessitam da lei para se impor. Ele faz distinção entre as seguintes leis: as que se ocupam da forma da língua, as que se ocupam do uso que as pessoas fazem das línguas e as que se ocupam da defesa das línguas.

Calvet (Ibid., p. 85-86) conclui que:

A lingüística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob pressão de fatores históricos e sociais. E, paradoxalmente, existe o desejo de intervir nesses processos, de querer modificar o curso das coisas, de acompanhar a mudança e atuar sobre ela.

### **3. BRASIL / URUGUAI**

Será feito agora um breve resumo dos principais acontecimentos que marcaram a história da América Latina. Em seguida será abordada a questão da fronteira Brasil-Uruguai.

A região latino-americana foi formada, não só pelos povos ibéricos e indígenas, mas também por negros (africanos), com o advento do tráfico negreiro, e por outros povos e culturas, como por exemplo, franceses, ingleses, italianos, alemães, etc. Segundo Elizaincín (1992, p. 761), no Uruguai, a constante ibérico/indígena é diferente do resto da América Latina, porque os poucos indígenas que habitavam a região foram exterminados. Por outro lado, com referência aos povos estrangeiros, foram os italianos que constituíram a maior parte do processo migratório (final do século XIX).

Portanto, o continente América é formado por uma “mistura” e diversidade cultural, que, não levando em conta o modo como se deu, torna o continente mais

rico culturalmente. Essas diversidades idiomáticas e culturais existem, não só entre países, mas também dentro de cada um deles, por questões anteriores a conquista, como por exemplo, os impérios indígenas e a geografia; e depois da colonização, ou seja, de que regiões de seu país vieram os colonizadores, sua situação econômica, etc.

Visto que os primeiros colonizadores da América Latina foram Portugal e Espanha, os dois principais idiomas oficiais utilizados são, portanto, o espanhol e o português. O primeiro usado em quase todo o território latino-americano, o segundo em único país, cuja extensão é de aproximadamente a metade da extensão dos países hispanofalantes.

A educação formal chegou muito mais cedo a algumas regiões da América Hispânica, com construções de bibliotecas, universidades etc., que ao Brasil. Porém ambos usaram a língua do colonizador (oficial) na formação intelectual.

Pela sua extensão o Brasil faz fronteira com praticamente todos os países da América do Sul, exceto Chile e Equador. Então, o que ocorreu com os povos, com relação à língua, destas regiões fronteiriças (Brasil e países da América do Sul)? E como está essa questão hoje?

Para citar um exemplo dessa situação tomar-se-á como base as cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil).

A situação linguística da fronteira Brasil /Uruguai tem sido bastante estudada. O pioneiro no assunto foi Rona (1965), com a publicação de *El Dialecto "Fronterizo" del Norte del Uruguay*. Segundo ele, o dialeto fronteiriço consiste numa mistura de português e espanhol, mas que não é nem português nem espanhol e resulta, frequentemente, ininteligível tanto para os brasileiros quanto para os uruguaios.

Existem também outros nomes que contribuíram significativamente para esses estudos, como por exemplo, o grupo de pesquisadores da *Universidad de la República*, em Montevideu, Uruguai, que vem estudando o tema, como por exemplo, Adolfo Elizaincín, Beatriz Gabbiani, Graciela Barrios, Luis Behares y Susana Mazzolini<sup>1</sup>. No Brasil também existem pesquisadores dedicados ao tema, como Eliana Rosa Sturza<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> ELIZAINCÍN, Adolfo; BEHARES, Luis; BARRIOS, Graciela (1987): *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevideo: Editorial Amensur.  
ELIZAINCÍN, Adolfo; BARRIOS, Graciela; GABBIANI, Beatriz; BEHARES, Luis; MAZZOLINI, Susana (1993): *Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay*, p. 177 190. México: Iztapalapa.

Essas cidades não têm nenhum obstáculo geográfico que as separem, e juntas possuem uma população de aproximadamente 190.000 habitantes. A história desta região é marcada pela disputa de territórios entre Espanha e Portugal, e mais tarde entre Uruguai e Brasil.

Segundo Elizaincín (2008, p. 305) a região, que hoje denominamos Uruguai, foi ocupada por espanhóis tardiamente. Isso ocorreu porque em 1516 foi “descoberto” o Rio do Prata, em 1536 ocorre a primeira fundação de Buenos Aires (por Pedro de Mendoza) e em 1580 ocorre a segunda e definitiva fundação (por Juan de Garay), deixando assim a região da “Banda Oriental” em segundo plano (somente em 1726 é fundada Montevideú).

No período colonial a população que habitava a região era, na sua maioria, de origem portuguesa. O avanço português, e posteriormente brasileiro, sobre esse território começa com as *bandeiradas*. Entre 1786 e 1810 as autoridades coloniais espanholas tentaram tomar medidas para povoar e controlar essa região, porém não tiveram êxito.

Entre 1821 e 1828 a zona de fronteira é flutuante politicamente, até que se fixam os limites e se separa o território de forma objetiva. Em 1830 foi formada a República Oriental do Uruguai, porém a região de fronteira com Brasil ficou praticamente em poder dos brasileiros.

Entre 1853 e 1862 foram fundados vários povoados na região, com a intenção de conter o avanço lusitano, e no final do século XIX decresceu o número de brasileiros na região. Essa ocupação provocou o contato entre as duas etnias (lusitana e hispano-criola), dando origem ao “problema fronteiriço”, e gerando uma situação de bilinguismo. Para acabar com essa situação o governo uruguaio decretou, em 1877, o ensino obrigatório do idioma nacional, o que levou o espanhol a expandir-se sobre o português (substrato – superstrato).

Outros fatores históricos que influenciaram o bilinguismo foram os casamentos entre brasileiros e uruguaios, o sistema de compra e venda, a presença dos meios de comunicação brasileiros da região (continua influenciando até hoje).

---

ELIZAINCÍN, Adolfo (1996): *Contacto entre lenguas genéticamente emparejadas: El caso del español y del portugués*, p. 417-433. Universidad de la República, Montevideo: Signo & Señá.

<sup>2</sup> STURZA, Eliana Rosa (2005): *Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras*. São Paulo: Ciência e Cultura.

Esta região é considerada bilíngue porque usa o espanhol, o português e o dialeto português do Uruguai (DPU), e é diglósica porque cada um deles cumpre funções diferentes determinadas pela sociedade.

No período da ditadura militar uruguaia, que corresponde ao período de 1973 a 1985, se intensificou a luta contra o português e contra o DPU, estigmatizados nesta época, com um discurso nacionalista e purista para sustentar uma língua nacional. Essa situação começou a mudar a partir da década de 90 com o Mercosul, não só no Uruguai, mas também em todos os países pertencentes a ele.

Em 26 de março de 1991, foi assinado, em Assunção, o Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum: *Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (MERCOSUL)*. Participaram a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, denominados “Estados Partes”.

Após a assinatura do tratado a relação entre os países da América Latina, principalmente os do cone sul, começou a mudar, não só política e economicamente, como também no que diz respeito à língua e cultura.

Os países pertencentes ao Mercosul passaram a criar políticas para incentivar o ensino / aprendizagem das línguas espanhola e portuguesa. No Brasil, com a Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005, foi instituído o ensino do espanhol como oferta obrigatória pela escola e de matéria facultativa para o aluno, e até este ano de 2010 deveria ser implantado nas escolas de ensino médio. Nas escolas de ensino fundamental o ensino do espanhol é facultativo.

Nas escolas e universidades da Argentina, do Uruguai e Paraguai, também se incentiva o ensino do português, principalmente em zonas de fronteira (escolas bilíngues). Porém, será que nessa educação há espaço para o “portunhol”? Ou será que a variante dessas línguas escolhidas para se ensinar e aprender é sempre a “estándar”, ou seja, a mais próxima da norma culta e de prestígio?

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)* e as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* o ensino de língua estrangeira deve não ser somente de uso instrumental, e sim fazer parte da formação crítica do aluno, ampliando seu conhecimento de mundo e colocando-o como cidadão consciente e atuante na sociedade onde vive. Porém, nas regiões de fronteiras, as línguas

estrangeiras ensinadas não são tão estrangeiras assim, pois fazem parte da vida de seus usuários.

Então, como poderiam ser tratadas essas línguas, se as fronteiras entre os países não são perceptíveis para seus habitantes, ou seja, só existem porque assim são colocadas pelo Estado Nacional?

Portanto, a questão da língua nas regiões de fronteira vai muito mais além das fronteiras que limitam os países, e que são impostas pelos Estados. É um tema muito mais amplo, e que linhas que demarcam os países não podem simplificar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devido à importância que está sendo dada ultimamente aos temas fronteira, política linguística e sociolinguística, este trabalho tentou mostrar, de forma simplificada e resumida, o início da política linguística e da sociolinguística, a partir dos estudos de Calvet (2007). Também quis dar uma visão histórica da formação linguística e social na América Latina, após a colonização. E por fim, tentei apresentar os estudos realizados sobre as questões de fronteira Brasil/Uruguai.

#### **5. REFERÊNCIAS**

CALVET, Louis-Jean (2007): *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola editorial: IPOL.

ELIZAINCÍN, Adolfo (1992): El español actual en el Uruguay. Em: C. Hernández Alonso (Coord.), *Historia y Presente del Español de América*, p. 759-774. Junta de Castilla y León: Pabecal.

ELIZAINCÍN, Adolfo (2008): Uruguay. Em: *El español en América: Contatos lingüísticos en Hispanoamérica*, p. 301-319. Barcelona: Ariel Letras.

MERCOSUL (1991): TRATADO DE ASSUÇÃO. Em: Página Brasileira do Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>. Acessado em 20/07/2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (1997): Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2006): Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC.

# I CIPLOM

Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL  
e  
I Encontro Internacional de Associações de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL  
Línguas, sistemas escolares e integração regional

---

RONA, José Pedro (1965): *El dialecto "fronterizo" del norte de Uruguay*. Montevideo:  
Adolfo Linardi.